

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/02/2014 a 28/02/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

MST diz que governo Dilma foi o pior para a reforma agrária. Evandro Éboli – O Globo, País. 04/02/2014	3
Reforma agrária popular é urgente. Alexandre Conceição – O Globo, Opinião. 11/02/2014.....	4
Dilma tenta reconciliação com MST após concessões ao agronegócio. Lisandra Paraguassu e Erich Decat – O Estado de São Paulo, Política. 13/02/2014	5
Governo quer assentar em 2014 até 35 mil famílias; MST quer 100 mil. Tai Nalon e Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 13/02/2014.....	6
Reforma agrária leva desenvolvimento ao meio rural em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/02/2014	7
CONTAG contesta número divulgado pelo MDA sobre famílias assentadas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/02/2014	9
Governo Federal anuncia R\$ 12,6 milhões para desapropriação de terra em São Paulo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/02/2014.....	10
Incra quer fazendas de grupo de Daniel Dantas para reforma agrária. Fernando Exman – Valor Econômico, Agronegócios. 24/02/2014.....	11
Encontro no México debate estrutura agrária e regularização fundiária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/02/2014.....	12
Incra/MA assegurou R\$ 78 milhões para reforma agrária em 2013 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/02/2014	13

MST diz que governo Dilma foi o pior para a reforma agrária. Evandro Éboli – O Globo, País. 04/02/2014

Movimento anuncia que precisa rever ações fará balanço crítico

BRASÍLIA - O governo Dilma Rousseff é apontado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como o pior da história para a reforma agrária. Para a coordenação nacional do movimento, o atual governo não assenta famílias, disponibiliza pouca terra e se aliou preferencialmente ao agronegócio.

— O governo Dilma foi o pior para reforma agrária. Assentou pouco, ou quase nada, e foi tomado pelo agronegócio, a quem se aliou. Os cem decretos de desapropriação de Dilma (assinados no final do ano passado), não representa nada. Assinar decreto não é criar assentamento. São apenas áreas decretadas. Ainda falta muito. E esse volume de terra não serve para assentar nem 4.700 famílias. É uma vergonha — disse Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST.

Pelas contas do MST, há hoje 186 mil famílias acampadas no país, das quais 100 mil ligadas ao movimento. Conceição afirma que o governo Lula foi o que assentou o maior número de famílias e o de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) o que mais destinou terras para essa política.

— O negócio do Fernando Henrique era jogar (sem-terras) na terra - disse Conceição.

Às vésperas de seu 6º Congresso Nacional, que ocorre semana que vem, em Brasília, o MST anuncia que precisa rever ações e que fará seu primeiro balanço crítico. Sob críticas de que se afastou da luta pela reforma agrária e de que já não representa a mesma ameaça de tempos atrás, sua coordenação anuncia uma defesa da reforma agrária popular e combate ao que batizaram de privatização dos assentamentos. Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, afirmou na manhã desta terça-feira que o descaso do governo com os assentamentos está fazendo com que parte dos assentados, sem acesso a políticas públicas, estão repassando suas terras para o setor privado.

— O mercado está tomando conta dos assentamentos, que estão sendo privatizados. Não há dinheiro público nos assentamentos. O investimento público fugiu. É preciso haver a titulação real da terra, onde a família tem o título mas não é dona da terra, é beneficiária.

Serão quatro dias de congresso e são aguardadas, pelo menos, 15 mil pessoas. Todos ficarão em alojamentos na proximidade do ginásio Nilson Nelson, onde ocorrerá o encontro. O evento terá espaço para feiras e até orientadores apontando as entradas para os participantes. O último congresso do MST ocorreu em 2007. A palavra de ordem "Reforma agrária por justiça social e segurança alimentar" será substituída por "Lutar, construir, reforma agrária popular".

O coordenador do MST reconheceu que é preciso fazer uma análise crítica do movimento e avaliar como "massificar as formas de luta". Conceição reconheceu que os sem-terra estão trocando a luta pela terra por empregos gerados pelas obras do governo.

— A classe trabalhadora tem mais acesso a emprego. Muitas pessoas do campo estão indo para as cidades para trabalhar em obras que devastam o meio ambiente, como as hidrelétricas. E ninguém aguenta mais esperar terra. Tem gente acampada há quase quinze anos. Eles preferem ir mesmo abrir estradas nas obras do PAC 1 e do PAC 2 — afirmou Conceição.

O líder do MST disse que as táticas de ação estão se modificando e que ocupar terras não é mais a única forma de luta.

— A ocupação de terra diminuiu mas há outros elementos de mobilização. Precisamos combinar na tática. Em abril do ano passado foram fechadas 95 BRs (estradas federais). Mas ninguém noticiou.

Reforma agrária popular é urgente. Alexandre Conceição – O Globo, Opinião. 11/02/2014

Perversidade do agronegócio está no abandono da produção de alimentos, utilizando os bens da natureza para a produção de combustíveis e celulose

A realização do 6º Congresso Nacional do MST, esta semana, em Brasília, coincide com a celebração dos 30 anos de luta e resistência do movimento.

Nessas três décadas, através da luta organizada, mais de 350 mil famílias conquistaram o direito de plantar e produzir alimentos. Temos orgulho de ter alfabetizado mais de 50 mil pessoas, juntamente com a defesa intransigente para a permanência das escolas do campo. Transformando o campo em um lugar digno, acreditamos que contribuimos para transformar também a desigual sociedade brasileira, combatendo a fome e a miséria.

Porém, novos desafios se colocam para a agricultura brasileira. A hegemonia de empresas transnacionais, associadas ao capital financeiro, não apenas tem desnacionalizado a propriedade da terra e das empresas agrícolas, como altera significativamente a configuração do meio rural.

A perversidade deste modelo chamado de “agronegócio” está no abandono da produção de alimentos, utilizando os bens da natureza para a produção de combustíveis e celulose. De 1990 para 2011, por exemplo, as áreas plantadas com alimentos como o arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. Já as áreas plantadas de cana e soja, aumentaram 122% e 107%. O impacto disso se reflete no aumento da importação de alimentos — nossos feijão e arroz vêm da China.

O agronegócio traz ainda enormes contradições e consequências à sociedade brasileira: a produção em monocultura e em larga escala destrói a biodiversidade e a vegetação local, pois sua matriz produtiva se baseia no uso intensivo de agrotóxico. O Brasil é

hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, tendo duas dezenas de produtos proibidos na União Europeia.

Com isso, muda-se também a luta pela terra. Se a produção de alimentos não é a prioridade da agricultura, perde-se a perspectiva da reforma agrária clássica, que consistia na democratização da terra, com a criação de um mercado interno, e na redução do custo de vida nas cidades, estimulando o desenvolvimento industrial.

Por isso, nosso 6º Congresso apresentará para a sociedade brasileira um Programa Agrário, defendendo a realização de uma Reforma Agrária Popular. Um programa não apenas para os camponeses, mas como uma alternativa aos problemas estruturais do campo e de toda a sociedade brasileira, visando a transformar a agricultura e colocá-la a serviço de toda população.

A Reforma Agrária Popular consiste na democratização da terra, prioriza a produção de alimentos saudáveis, através da agroecologia, procura desenvolver sistemas de agroindústrias no campo e sob o controle dos camponeses. Isso possibilita agregar valor aos produtos, gerando mais renda e novos postos de trabalho, sobretudo à juventude. Ainda, busca garantir condições e direitos básicos, como saúde, educação, acesso a tecnologias, cultura e lazer a toda a população do campo.

Para isso, conclamamos toda sociedade brasileira para lutar, construir a reforma agrária popular.

Dilma tenta reconciliação com MST após concessões ao agronegócio. Lisandra Paraguassu e Erich Decat – O Estado de São Paulo, Política. 13/02/2014

Presidente recebe líderes do grupo no dia seguinte ao tumulto que deixou mais de 30 feridos na Praça dos Três Poderes e promete acelerar desapropriações neste ano eleitoral

Brasília - No dia seguinte ao tumulto causado pelo Movimento dos Sem Terra na Praça dos Três Poderes, que deixou mais de 30 feridos, a presidente Dilma Rousseff recebeu um grupo de representantes da organização no Palácio do Planalto.

Ao fim do encontro, o primeiro no qual ouviu o MST falar diretamente de suas reivindicações e listar reclamações, ela prometeu criar um grupo interministerial para analisar ações emergenciais relacionadas à reforma agrária e anunciou que pretende acelerar o ritmo de assentamentos rurais. Também deu a entender que, na troca do titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pretende colocar alguém mais afinado com os sem-terra.

Os gestos são uma tentativa de Dilma de se reaproximar do MST neste ano eleitoral. Nos três primeiros anos de seu governo, ela reduziu o ritmo de assentamentos, ao mesmo tempo em que executava vários movimentos para se aproximar da bancada ruralista no Congresso e dos empresários do agronegócio, a quem fez uma série de concessões.

A reunião no Planalto não estava prevista. Foi definida na quarta-feira. No momento do tumulto envolvendo os sem-terra na Esplanada dos Ministérios, o ministro Gilberto Carvalho, que já havia recebido os líderes em nome do governo, ligou para dizer que Dilma havia encontrado um espaço em sua agenda.

No encontro, Dilma ouviu com atenção os sem-terra e, em mais de um momento, deu a entender que não tinha conhecimento dos fatos levados até ela. "Pode ser que ela não esteja sendo bem assessorada nessa área", disse Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, ao sair da reunião. "O conhecimento dela sobre reforma agrária é muito pequeno", afirmou João Pedro Stédile, um dos mais antigos e conhecidos líderes, que também esteve presente.

Mais amigável. Para agradar ao movimento, a presidente deve substituir o atual ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, por Miguel Rossetto. Ele já ocupou o cargo no primeiro mandato de Lula e é considerado pela cúpula do MST como o melhor ministro da área de toda a era petista no governo.

Atualmente à frente da Petrobrás Biocombustíveis, Rossetto também possui a vantagem de conhecer bem a presidente Dilma. Os dois trabalharam juntos nos governos de Lula e de Olívio Dutra (PT), no Rio Grande do Sul.

O atual ministro, Pepe Vargas, não conseguiu se acertar com a liderança do MST. Eles discordaram sobre quase tudo, do número de famílias acampadas no País à definição de prioridades para a pasta.

A reunião com Dilma, que desde a campanha presidencial evitou dar muito destaque à questão da reforma agrária em seus pronunciamentos, foi considerada uma conquista por parte da liderança do MST. Espera-se que, apesar de já ter chegado à reta final de seu mandato, ela ainda faça mudanças na política para o setor. "Se não alterar o processo político não vai alterar os problemas da reforma agrária no País", afirmou Stédile.

A reivindicação básica do MST é que a reforma tenha um lugar mais destacado no governo Dilma. A presidente prometeu montar um grupo interministerial para analisar a longa lista de reivindicações que recebeu e ver quais delas podem ser atendidas de forma emergencial. Ela também prometeu assentar 30 mil famílias até o fim do ano. O MST havia pedido 100 mil, que seria o total de acampados no País. / *COLABOROU ROLDÃO ARRUDA*

Governo quer assentar em 2014 até 35 mil famílias; MST quer 100 mil. Tai Nalon e Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 13/02/2014

O governo estima assentar ao longo de 2014 de 30 mil a 35 mil famílias por meio de sua política de reforma agrária. A informação foi confirmada pelo ministro Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário), após reunião no Palácio do Planalto com o MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra).

Representantes da entidade reuniram-se na manhã desta quinta-feira (13) com a presidente Dilma Rousseff, um dia depois de sua marcha em Brasília ter terminado em confronto com a Polícia Militar, tentativa de invasão de órgãos públicos e mais de 30 feridos na Esplanada dos Ministérios.

"A gente tem tido toda a responsabilidade de dizer aquilo que é a capacidade operacional que o Incra tem. A nossa meta aqui é conseguir vistoriar 1 milhão de novos hectares e, com o estoque de decretos já existentes com a possibilidade de criação de projetos de novos assentamentos, nós avaliamos que dá para chegar, neste ano, a 30, 35 mil famílias", disse o ministro.

Vargas rebateu que há paralisia por parte do governo na política nacional de reforma agrária. Dilma é criticada por movimentos ligados à terra por ter feito o menor número de assentamentos desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

"O que o movimento questiona é que nós, através de portaria, para fazer um assentamento novo, nós queremos um estudo de capacidade de geração de renda. Esse estudo leva em consideração condições climáticas, clima, relevo, aptidão da terra, o que que é a produção média da agricultura familiar daquela região daquele assentamento, qual a infraestrutura já presente naquela região que permita que o assentamento seja viável", explicou o ministro.

"Para a gente evitar coisas que aconteceram no passado e que foram feitas obviamente na melhor das boas vontades mas que foram consideradas insuficientes", continuou. "Esse estudo de capacidade de geração de renda eles entendem que pode burocratizar o processo da reforma agrária. Nós entendemos que não, que vai qualificar o processo. Nós queremos quantidade com qualidade."

Durante a reunião, Dilma prometeu a inclusão de famílias assentadas no Pronatec, programa de ensino técnico do governo federal. Também orientou o Ministério do Desenvolvimento Agrário a estudar a destinação de mais recursos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Foram assentadas, segundo o governo, ao longo dos últimos três anos, 75 mil famílias.

Reforma agrária leva desenvolvimento ao meio rural em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/02/2014

O balanço das ações do Incra em Santa Catarina no ano de 2013 demonstra que além de garantir acesso à terra, a política de reforma agrária conduzida pelo órgão tem subsidiado o desenvolvimento das comunidades rurais do estado. Cento e setenta e três famílias conquistaram lotes em assentamentos, número que superou em 73% a meta estipulada.

Já os esforços para transformar as áreas de reforma agrária em comunidades rurais sustentáveis permitiram que todas as cinco mil famílias assentadas em Santa Catarina fossem atendidas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) em 2013. O

investimento, garantido por meio de chamada pública aberta para esta finalidade, foi de R\$ 4,9 milhões.

“Além do cumprimento da maior parte das metas, houve avanço na gestão administrativa, com modernização de procedimentos e maior rigor sobre processos de contratos, convênios e compras, inclusive com a criação de um Grupo de Controle Interno. Agora é prosseguir com esse trabalho”, ressalta o superintendente regional do Incra, José dos Santos.

Dentre as áreas destinadas no estado ao Programa de Reforma Agrária no ano passado está o assentamento Morro do Taió II, criado no mês de dezembro em 669 hectares localizados no município de Santa Terezinha. Parte de um imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária em 1986 e que já abrigava o assentamento Morro do Taió I, a área estava sub judice até então. Com a liberação, receberá 36 famílias de trabalhadores rurais.

A Fazenda Butiá, em Rio Negrinho (SC), foi outra conquista em 2013. Desapropriado por improdutividade em outubro passado, o imóvel, de 700 hectares, será convertido em assentamento neste ano, com capacidade para receber 40 famílias.

Assistência e infraestrutura

A cooperativa vencedora da chamada pública para prestação de serviços de Ater manteve 59 profissionais distribuídos em 11 núcleos operacionais no estado. Os técnicos viabilizaram, também, o acesso dos assentados aos créditos do Incra e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Outro investimento nos assentamentos catarinenses foi em infraestrutura. Oitenta e dois quilômetros de estradas vicinais em quatro assentamentos do estado foram recuperados, em um investimento próprio de R\$ 2,2 milhões. Além disso, o Incra firmou convênios com as prefeituras de Timbó Grande, Lebon Régis, Calmon e Matos Costa para a execução de estradas em 2014. As estradas viabilizam o escoamento da produção e devem estar em boas condições para que os assentados participem do programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, cujos trâmites iniciaram em 2013, com assinatura dos primeiros contratos prevista para este início de 2014.

A fim de estimular a comercialização dos itens produzidos nos assentamentos, o Incra transferiu recursos para a realização de feiras e adquiriu kits para que os assentados participassem de feiras livres, imprimindo aos eventos qualidade como organização, higiene e estética. Os 39 kits adquiridos contêm banca, aventais, bonés, placas de identificação, balanças, caixas plásticas, lonas e sacolas. Após a capacitação das famílias, serão distribuídos a grupos de assentados neste primeiro trimestre.

Educação

Em 2013, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) foi responsável pelo início, em Santa Catarina, de três pós-graduações na modalidade

Residência Agrária. Os cursos são fruto de edital lançado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Mestrado Profissional em Agroecossistemas e a Especialização lato sensu em Educação no Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia são oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já a Especialização lato sensu em Arte no Campo é realizada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Juntos, promovem a capacitação de cerca de 130 pessoas para atuação em assentamentos.

Governança fundiária

A governança fundiária sob responsabilidade do Incra foi outra ação priorizada em Santa Catarina. Durante o ano, foram realizados pela autarquia cinco cursos de capacitação para mais de cem funcionários públicos que atuam nas Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs). Instaladas a partir de termo de cooperação assinado entre o Incra e as prefeituras, as unidades permitem atendimento no próprio município de residência dos proprietários, sem a necessidade de se deslocarem à sede regional da autarquia, localizada em São José, na região metropolitana de Florianópolis.

A atuação do Incra e das UMCs presentes em municípios catarinenses no ano passado resultou na emissão de 42,4 mil Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIRs). Os documentos, que constituem prova do cadastro da propriedade, são indispensáveis para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer os imóveis em venda, além de obter financiamentos junto a instituições financeiras.

Outro avanço foi a entrada no ar do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), desenvolvido pelo Incra para automatizar todo o processo de certificação de imóveis rurais do País. Apenas no período de 25 de novembro (quando passou a funcionar) até a tarde desta quarta-feira (19), o Sigef já permitiu a certificação de 9,7 mil imóveis, o equivalente a 8,2 milhões de hectares em todo o País, garantindo, assim, que os limites dessas propriedades não se sobrepõem a outras e que a realização do georreferenciamento obedeceu às especificações técnicas legais.

CONTAG contesta número divulgado pelo MDA sobre famílias assentadas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 20/02/2014

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) manifesta total discordância com a informação prestada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, que anunciou que foram assentadas 30 mil famílias em 2013.

(Rel-UITA)

O número informado resulta de uma manobra inaugurada ainda no governo FHC e perpetuada até hoje pelo MDA e o INCRA, mesmo com o insistente protesto da CONTAG e dos demais movimentos sociais do campo. Na soma, constam apenas 7.224

famílias beneficiárias de assentamentos oriundos de desapropriações por interesse sociais.

As demais famílias são substitutas de antigos assentados em áreas regularizadas, ou ocupantes de terras públicas que tiveram suas parcelas regularizadas.

A CONTAG protesta contra esta falácia, pois ela confunde a sociedade e desvirtua o real debate que deveria ser travado dentro do governo visando encontrar respostas aos inúmeros gargalos impostos à execução da reforma agrária.

Destaca-se, ainda, o irrisório potencial de novos assentamentos que poderão ocorrer neste ano, caso não se amplie radicalmente o volume atual de áreas desapropriadas, pois os 100 imóveis decretados de interesse social em 2013 poderão atender pouco mais de 5.000 mil famílias, número muito inferior às quase 200 mil que permanecem acampadas em todo o Brasil.

É fundamental que o governo amplie as ações de reforma agrária e as execute com transparência e agilidade, realizando o assentamento, com qualidade, de todas as famílias sem terra que continuam lutando pelo direito à terra, ao território e à soberania alimentar.

Governo Federal anuncia R\$ 12,6 milhões para desapropriação de terra em São Paulo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/02/2014

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, anunciaram, nesta sexta-feira (21), em Mogi das Cruzes (SP), o ajuizamento da ação de desapropriação da Chácara Santo Ângelo pelo Incra. Esse é um passo crucial para resolver a questão de insegurança jurídica das 344 famílias que vivem no local e se destacam por expressiva produção de hortaliças.

Em 27 de dezembro de 2013, a presidente Dilma Rousseff assinou o decreto de desapropriação do imóvel. Isso permitiu ao Incra reivindicar judicialmente a posse da área, depositando, em juízo, R\$ 12,6 milhões em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), a título de indenização. O Incra aguarda uma decisão judicial favorável, o que irá representar uma solução definitiva para a situação desses produtores.

"É uma grande conquista para todos, especialmente para as famílias dos chacareiros. O valor para o pagamento da desapropriação é pequeno diante das centenas de famílias que serão beneficiadas, e que vão poder produzir de forma mais organizada e garantir a segurança alimentar de toda essa região da grande São Paulo", afirmou o ministro Pepe Vargas.

Conhecidos na região de Mogi das Cruzes como chacareiros, esses agricultores ocupam a terra na condição de posseiros. A produção agrícola é favorecida pelo solo de excepcional qualidade encontrado na várzea do rio Tietê. A Superintendência Regional do Incra em São Paulo já realizou diversos trabalhos técnicos no local, com o objetivo de resolver os impasses fundiários e judiciais do imóvel.

R\$ 55 milhões para retomada de terras devolutas no Pontal

Ainda pela manhã, o Incra e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp) firmaram, em Presidente Venceslau, um novo Convênio de Reversão de Terras Públicas no Pontal do Paranapanema para retomada de áreas devolutas acima de 500 hectares. A solenidade de assinatura do convênio ocorreu durante a 1ª Feira Solidária da Agricultura Familiar do Território do Pontal do Paranapanema, com as presenças do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e do presidente do Incra, Carlos Guedes.

O valor total do convênio é de R\$ 55.865.177,06, para o período de 2014 a 2015. Caberá ao Incra repassar R\$ 55.306.525,29, sendo R\$ 29.915.201,37 para o exercício de 2014. A contrapartida do governo estadual é de R\$ 558.651,77, sendo R\$ 302.177,75 para o exercício de 2014.

De acordo com a Constituição Federal, as áreas devolutas – ou seja, terras públicas nunca tituladas que estão ocupadas por particulares – pertencem ao governo estadual. O objetivo do convênio é viabilizar a criação de projetos de assentamentos nessas áreas, uma das principais reivindicações dos movimentos sociais ligados à luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema.

Os recursos repassados pelo Incra serão usados tanto para o pagamento das chamadas “benfeitorias úteis e necessárias” (instalações rurais, edificações, etc.) aos ocupantes/possuidores dessas áreas, como pelas indenizações por desistência ou extinção de ações judiciais em curso relativas a imóveis localizados em terras públicas ou presumidamente devolutas.

A principal novidade é a destinação de recursos do Incra em moeda corrente nacional durante toda a vigência deste convênio. No anterior, que durou de 2003 a 2007, previa-se, até 2006, o pagamento de indenizações na proporção de 30% em dinheiro e 70% em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Essa mudança tornará o processo de reversão de áreas mais célere, melhor atendendo às demandas dos movimentos sociais. Esse é o terceiro convênio de reversão de terras celebrado entre Incra e Itesp.

Incra quer fazendas de grupo de Daniel Dantas para reforma agrária. Fernando Exman – Valor Econômico, Agronegócios. 24/02/2014

BRASÍLIA - (Atualizada às 11h33 de 25/2/2014) A superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no sul do Pará notificou nesta segunda-feira a Agropecuária Santa Bárbara ((AgroSB), que faz parte do grupo do investidor Daniel Dantas, com o objetivo de vistoriar três imóveis da empresa para fins de reforma agrária. Os imóveis totalizam 21 mil hectares e têm capacidade para assentar cerca de mil famílias.

Os imóveis estavam ocupados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 2008. A notificação vai permitir a formalização de processos

administrativos visando a possível obtenção das áreas para fins de reforma agrária, o que também deve garantir uma indenização à companhia. A avaliação preliminar deve ser concluída em 90 dias. Tal medida foi fruto de uma negociação coordenada pelo presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, com representantes da empresa ao longo do último ano.

Estimativas indicam que o hectare na região pode superar R\$ 10 mil. O Incra paga pela terra nua por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e as benfeitorias existentes nos imóveis, em dinheiro.

As fazendas são Cedro, Rio Pardo/Fortaleza e Maria Bonita/Caroço do Olho.

No mesmo dia, a Agropecuária Santa Bárbara afirmou que “há anos” negocia com o Incra uma “solução amigável para o conflito agrário nas fazendas invadidas da empresa no Pará”.

“A AgroSB não tem conhecimento de qualquer decisão do Incra sobre desapropriação de suas fazendas à exceção da Itacaiúnas, cujo processo de desapropriação está suspenso por decisão judicial pois a propriedade foi considerada produtiva”, destacou a companhia por meio de nota. “AgroSB e Incra buscam solução amigável para as demais fazendas invadidas no Pará.”

Encontro no México debate estrutura agrária e regularização fundiária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/02/2014

Conhecer os processos histórico e estrutural, desde o período pré-hispânico, que originaram o modelo democrático de desenvolvimento rural, reforma agrária e regularização de terras no México. Esses foram os temas debatidos, nos últimos dias, no III Intercâmbio Internacional de Governança Fundiária, realizado na Cidade do México.

As atividades começaram com visita guiada ao Museu Nacional de Antropologia. A comitiva conheceu um pouco da formação antropológica do México, iniciada na era pré-hispânica pelos povos Mexicas e Maias. Ainda no Museu, um grupo de historiadores falou sobre os diferentes períodos e contribuições para a formação da estrutura agrária no país.

Os participantes do evento também conheceram o trabalho do Tribunal Agrário, que trata dos temas relacionados à terra (conflitos, desapropriações, questões ambientais e direitos dos camponeses etc.). Foram apresentados os instrumentos técnicos do Arquivo Geral Agrário, órgão criado em 1915, subordinado ao Registro Agrário Nacional, que cuida dos registros dos imóveis rurais .

Para o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Richard Torsiano, o Intercâmbio é importante por mostrar a política de governança de terras desenvolvidas no México. "A visita tem servido, também, para avaliar o quanto o Brasil avança nessa área, principalmente na

aplicação das diretrizes voluntárias da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a governança da terra", disse Torsiano.

Trajetória do modelo agrário mexicano

O terceiro dia de Intercâmbio começou com visita à Universidade Autônoma de Chapingo. Agrícola, ela é oriunda da Escola Nacional de Agricultura, que funcionou até 1853. Desde 1923, a Universidade de Chapingo se dedica à educação acadêmica - com 22 licenciaturas e 10 especializações ligadas à agricultura - com a formação integral de jovens camponeses que buscam aprimorar seus conhecimentos, melhorando a capacidade de produção e o desenvolvimento socioeconômico de suas propriedades sociais (ejidos).

O reitor fez uma apresentação da universidade e a comitiva participou de um debate com acadêmicos, que apresentaram estudos sobre a concepção histórica e política da estrutura agrária mexicana, o processo de mecanização e modernização da agricultura e a necessidade de estimular modelos cooperativistas de produção.

Segundo o secretário da Serfal, Sergio Lopes, a visita à Universidade de Chapingo confirma que a questão agrária é dinâmica e que as soluções para resolvê-las não são universais e nem definitivas, como em qualquer país. "O que fica para nós é provocação: como as experiências das áreas sociais mexicanas (ejidos e comunidades) podem servir para ajudar-nos a avançar nas conquistas da agricultura familiar brasileira."

À tarde, após visita a Zócalo (centro histórico da Cidade do México) a delegação seguiu para o Registro Agrário Nacional (RAN), instituição da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano do México (SEDATU), responsável pela informação documental (cadastro, georreferenciamento, medição, certificação histórica e titulação). Foram apresentados os equipamentos utilizados para o trabalho de medição dos imóveis, entre eles o Vant (Veículo Aéreo Não Tripulado) que serve para cobrir áreas de difícil acesso.

Programação

Os dois últimos dias de evento, nesta quinta e sexta-feira (27 e 28), serão destinados às visitas de campo às cidades de Puebla, Cacaxtla e Xochimilco, respectivamente. A comitiva brasileira poderá conhecer, na prática, políticas de uso e governança da terra, bem como a técnica das Chinampas e da produção em minifúndios.

Incra/MA assegurou R\$ 78 milhões para reforma agrária em 2013 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/02/2014

O balanço das ações realizadas em 2013 pela Superintendência Regional do Incra no Maranhão (Incra/MA) visando a implementação e o desenvolvimento da reforma agrária no estado aponta a criação de 25 projetos de assentamento e o reconhecimento de outros três projetos do Instituto de Colonização e Terras do Estado (Iterma),

ampliando, desta forma, a destinação de terras para essa política. O Incra/MA concluiu o ano assentando 2.702 famílias, superando em 20% a meta inicial, que era de 2.250 famílias.

Os dados de balanço foram divulgados pelo superintendente José Inácio Rodrigues na última quinta-feira (27). Ele acrescentou, ainda, que no decorrer de 2013 foram realizadas 20 vistorias preliminares e de avaliação visando a elaboração de Estudo da Capacidade de Geração de Renda (ECGR), totalizando 67.047 hectares vistoriados. A Procuradoria Federal Especializada do Incra/MA ajuizou 15 ações de desapropriação junto a Justiça Federal e aguarda decisão do Judiciário. O Incra/MA aguarda, ainda, o mandado de imissão de posse para 16 áreas, com capacidade total para 769 famílias.

O Maranhão também foi um dos estados que mais teve áreas desapropriadas em 2013. Das 100 áreas decretadas pela Presidência da República de interesse social para fins de reforma agrária em todo o País, 15 imóveis estão localizados no Maranhão, num total de 32.061 hectares, com capacidade para assentar 689 famílias de trabalhadores rurais. A publicação dos Decretos no Diário Oficial da União é o primeiro passo para a criação de novos assentamentos.

“Se compararmos o desempenho do Incra/MA com as demais superintendências, verificamos que o Maranhão foi o Estado que criou o maior número de assentamentos. E, em relação ao número de famílias assentadas, ficamos em primeiro lugar entre as superintendências do Nordeste”, explicou Rodrigues.

Investimentos

O superintendente destacou, ainda, que durante o ano de 2013 o Incra/MA destinou cerca de R\$ 78 milhões para realização de ações diversas. “Fizemos convênios para construção de estradas, poços, recuperação ambiental e alfabetização de assentados. Também assinamos contratos para prestação de serviços de assistência técnica e elaboração de relatórios antropológicos visando à titulação de territórios quilombolas. Enfim, encerramos 2013 com a implementação de várias ações que irão melhorar a qualidade de vida dos assentados maranhenses”, frisou.

Infraestrutura e créditos

A superintendência regional aplicou efetivamente no ano de 2013, R\$ 41.758,635,69 referentes ao crédito instalação nas três modalidades: 1.479 famílias receberam o crédito aquisição material de construção; 776 famílias receberam o recuperação material de construção e 1.528 famílias receberam o crédito apoio inicial. O crédito material de construção é destinado à construção de novas casas; o crédito recuperação para a reforma de habitações já construídas e o crédito apoio inicial é destinado à compra de alimentos e insumos agrícolas.

Foi também em 2013, que a construção de casas em assentamentos passou a ser realizada em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR). O

Incra/MA viabilizou a assinatura de 287 contratos junto a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, totalizando um investimento de R\$ 8.196.500,00.

As obras de recuperação de 904 km de estradas e a implantação de 17 sistemas simplificados de abastecimento d'água foram garantidas por meio de 18 convênios firmados entre o Incra/MA e 17 prefeituras. O valor total dos convênios é de R\$ 30.675.248,70.

DAP e Titulação

Para que o assentado tenha acesso ao crédito instalação é necessário que ele possua o Contrato de Concessão de Uso (CCU), documento provisório que legitima o acesso aos benefícios da reforma agrária. Em 2013, o Incra/MA superou a meta de 5 mil CCUs emitidas, alcançando 5.544 contratos de concessão de uso.

Para acesso aos créditos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os assentados necessitam também das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Em 2013, o Incra/MA emitiu 7.253 DAPs, viabilizando o acesso dos agricultores a variadas linhas de crédito do Pronaf, disponibilizadas pelo Banco do Nordeste.

Assistência Técnica

A Associação Agroecológica Tijupá iniciou em 2013 a execução do contrato de prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), beneficiando 1.516 famílias, em oito projetos de assentamento. O núcleo de Ater da superintendência regional também selecionou seis entidades por meio de chamada pública para prestar serviços de assistência técnica para 17,5 mil famílias, em 166 assentamentos, distribuídos em 34 municípios maranhenses. Os serviços terão início em 2014 e serão investidos R\$ 37.643.631,51 milhões para realização desta ação. Cerca de 20% das famílias maranhenses assentadas estão sendo atendidas com serviços de assistência técnica.

Meio Ambiente

O Programa Assentamentos Verdes (PAV), desenvolvido pelo Incra, visa prevenir, combater e buscar alternativas ao desmatamento ilegal em assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal.

Em 2013, como parte do PAV, o Incra/MA realizou Chamada Pública de Meio Ambiente que resultou na celebração de um convênio com a entidade Associação Educação e Meio Ambiente (EMA), no valor de R\$ 6 milhões, com objetivo de promover ações de recuperação de áreas degradadas por meio da implantação e do manejo de sistemas agroflorestais. Com vigência até dezembro de 2015, o convênio contempla 1.202 famílias de famílias assentadas, de 14 projetos de assentamento.

Entre outros resultados do PAV no Maranhão está o número de 203 assentamentos incluídos no Projeto Fundo Amazônia, executado em parceria com a Secretaria de

Estado de Meio Ambiente (Sema), o que promoverá a identificação e integração das informações ambientais, visando o planejamento ambiental, monitoramento, combate ao desmatamento e regularização ambiental.

Educação no Campo

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) contou com 1.591 alunos assistidos pelo Programa no ano de 2013. Foram 360 alunos cursando nível médio com ênfase em Agroecologia; mil alunos participando da Educação de Jovens e Adultos (1ª a 4ª séries) e 184 alunos cursando nível superior em Pedagogia da Terra.

Ainda em 2013 foi iniciada a primeira etapa do curso de especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo, com 47 alunos já graduados. A Superintendência Regional do Incra também assinou um convênio com o Movimento de Educação de Base (MEB) para alfabetizar (1ª a 4ª séries) 1.200 assentados. Esta ação foi realizada por meio de Chamada Pública. O valor total do convênio é de R\$ 2.878.323,00, com duração de dois anos.

Documentação da Mulher

A superintendência regional realizou 48 mutirões do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural no ano de 2013. Nesta ação, que é desenvolvida em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram emitidos 17.759 documentos, entre, CPFs, Carteiras de Trabalho, Registros no INSS, Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e outros. Todas as fotos e documentos emitidos foram gratuitos para as trabalhadoras rurais.

Quilombolas

O Incra/MA realizou um pregão regional que resultou na contratação de 29 relatórios antropológicos para a regularização de 29 territórios quilombolas. Essa ação beneficia aproximadamente 107 povoados de comunidades quilombolas maranhenses. Foram investidos nesse pregão R\$ 1.345.5000,00.

Ainda em 2013 foram georreferenciados seis territórios quilombolas para titulação definitiva. São eles: Território Quilombola Santa Joana; Santa Maria dos Pretos; São Francisco Malaquias; Pitoró dos Pretos; Mata de São Benedito e Aliança e Santa Joana.

A Superintendência do Incra no Maranhão foi a primeira a instalar a Mesa Estadual de Acompanhamento Permanente de Regularização Quilombola, ação de grande importância para viabilizar o avanço desta política. A mesa se constitui em um espaço formalizado de diálogo e monitoramento das ações que a autarquia desenvolve no âmbito da regularização dos territórios quilombolas. Além do Incra, participam das discussões os movimentos sociais, entes do poder público e a sociedade civil.

Certificação e cadastro de imóveis

Em 2013, o Comitê de Certificação da Superintendência do Incra/MA certificou 677 imóveis, totalizando 1.163.946 de hectares. A região com maior número de imóveis certificados foi o Sul do Maranhão, com 323 imóveis. A certificação comprova que o imóvel rural foi medido e demarcado dentro das normas técnicas de georreferenciamento definidas pelo Incra.

Já o setor de Cadastro do Incra/MA foi responsável por emitir 9.586 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR). Também foram emitidos 43.909 CCIRs pelos proprietários via internet. O Incra/MA realizou 13.371 atualizações cadastrais.

Para 2014, o superintendente José Inácio destacou que o Incra/MA vai continuar garantindo às famílias o acesso à terra, com melhores condições de vida. “Além da terra, vamos nos empenhar na qualificação dos assentamentos, garantindo as infraestruturas básicas e produtivas para que os assentados possam melhorar sua qualidade de vida”, frisou.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa